

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)



Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e equivalentes caixa	4	33.216	14.265
Contas a receber de clientes	5	10.729	9.757
Tributos a recuperar	6	2.602	4.118
Almoxarifado		394	685
Outros valores a receber	7	235	304
		47.176	29.129
Não circulante			
Realizável a longo prazo		1.296	720
Imobilizado	8	234.753	234.963
Intangível		1.899	1.802
		237.948	237.485
Total do ativo		285.124	266.614
Passivo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores		9.983	9.603
Obrigações trabalhistas	9	12.106	7.520
Obrigações tributárias	11	5.399	4.627
Recursos municipais – Eventos	12	3.806	379
Recursos federais – Obras do PAC		-	4.449
Empresas municipais	10	1.623	1.636
Adiantamentos de clientes	13	11.271	16.351
Outras exigibilidades		561	606
		44.749	45.171
Não circulante			
Empresas municipais	10	3.070	4.551
Obrigações tributárias	11	72.507	70.148
Provisões para contingências	14	55.352	69.543
Receita Diferida – ISS/IPTU	15	21.884	23.186
		152.813	167.428
Patrimônio líquido			
Capital social	16	149.199	149.199
Reservas de Capital		60.293	6.001
Adto. p/ futuro aum. Capital		47.771	6.001
Recursos governamentais		12.522	-
Reserva de reavaliação		119.307	120.283
Prejuízos acumulados		(241.237)	(221.468)
		87.562	54.015
Total do passivo e patrimônio líquido		285.124	266.614

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

SÃO PAULO TURISMO S.A.
Demonstrações dos resultados
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)



	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional	17	123.912	190.242
Deduções da receita operacional		(6.233)	(5.325)
Receita operacional líquida		117.679	184.917
Custo dos serviços prestados		(72.029)	(92.532)
Resultado bruto		45.650	92.385
Despesas operacionais		(62.238)	(155.013)
Despesas administrativas	18	(66.201)	(158.782)
Outras receitas (desp.) operacionais, líquidas		3.963	3.769
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(16.588)	(62.628)
Resultado Financeiro			
Receitas/Despesas financeiras, líquidas		(4.465)	(5.522)
Resultado antes dos tributos sobre lucro		(21.053)	(68.150)
Imposto de Renda e Contribuição Social			(282)
Lucro (prejuízo) líquido do Exercício		(21.053)	(68.432)
Lucro (prejuízo) líquido por ação (Em reais)		(4,07)	(13,21)

As notas explicativas são parte integrante da demonstração financeira

1. Contexto operacional

A sociedade tem por objetivo a realização e/ou exploração direta ou indireta de exposições, feiras, eventos, carnaval, congressos, estacionamento e prestação de serviços para turismo e lazer.

A empresa é uma sociedade de capital aberto e seu acionista majoritário é a Prefeitura do Município de São Paulo.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A diretoria da SÃO PAULO TURISMO S.A. autorizou a conclusão, em 09 de março de 2018, da elaboração das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Tais demonstrações foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares da Comissão de Valores Mobiliários. Estão apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis adotadas no Brasil. Foram observados os Pronunciamentos Contábeis, que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes. Portanto, os resultados efetivos podem ser diferentes destas estimativas e premissas.

2.1 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

Esta demonstração prevista no artigo 188 da Lei nº 6.404/76 foi elaborada pelo método indireto em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 03 (R2), aprovado pela Deliberação CVM nº 641/10 e pela Resolução do CFC nº 1.296/10 NBC TG 03 (R3).

2.2 Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

Esta demonstração está em conformidade com a Lei nº 11.638/2007, em consonância com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 09, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 e pelas Resoluções do CFC nº 1.138/08 (NBC TG 09) e CFC nº 1.162/09.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Empresa e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela São Paulo Turismo S.A., conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, despesas financeiras, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.



3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social, findo em 31 de dezembro de 2017.

- a) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:
- Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos;
 - Os efeitos dos ajustes dos ativos para o valor justo ou de realização, quando aplicável;
 - A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização; e
 - Quando aplicável, os valores relativos aos saldos mantidos junto a clientes, fornecedores e aplicações financeiras, são ajustados a valor presente conforme determinado pelo CPC nº 12 (“Ajuste Valor Presente”).
- b) Estimativas contábeis - A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente;
- c) Instrumentos financeiros - Os valores contábeis de ativos e passivos financeiros, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante os exercícios fiscais de 2017 e 2016, não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos;
- d) Caixa e equivalentes de caixa – Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida;
- e) Contas a receber de clientes - As contas a receber são registradas e mantidas nas demonstrações contábeis pelo valor nominal dos títulos. A Companhia efetuou análise específica quanto a efeitos em ajuste a valor presente, não identificando efeito significativo ou material. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foram

constituídas com base na análise dos valores vencidos e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes;

- f) Almoxarifado - Os itens mantidos no almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior aos preços de mercado;
- g) Imobilizado - O ativo imobilizado está avaliado ao custo reavaliado para terrenos, (reavaliação data base 10/2006), edifícios e benfeitorias, túnel de serviços e estacionamentos e pelo custo de aquisição para as demais contas.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terrenos, os quais não são depreciados. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos da Companhia são demonstradas na nota explicativa 8;

- h) Intangível – Os ativos intangíveis compreendem marcas, patentes e direitos de uso de software, segundo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 04 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 644/10 e pela Resolução do CFC nº 1.303/10 (NBC TG 04) (R4);
- i) Adiantamentos de Clientes – A empresa recebe antecipadamente parte do valor contratado pela locação de suas instalações. O saldo desta conta contempla o montante já recebido de locações para eventos que serão realizados em períodos futuros. Os contratos incluem cláusulas de rescisão, hipótese que prevê a não devolução desses adiantamentos;
- j) Demais contas do ativo circulante e ativo não circulante – São demonstradas por valores conhecidos e calculáveis;
- k) Passivo circulante e passivo não circulante – São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis;
- l) Provisão para Contingências - Corresponde à provisão para eventuais perdas prováveis nas questões em demanda judicial, cujos valores relativos aos respectivos processos encontram-se atualizados até a data do balanço. A contrapartida destes valores está registrada no resultado do exercício. Em conformidade ao Pronunciamento Contábil CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09 e aprovado pela Resolução do CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25) (R2);
- m) Reserva de reavaliação – Conforme facultado pela lei nº 11.638/07, a Companhia decidiu pela manutenção do saldo da reavaliação de ativos existente em 31 de dezembro de 2007.



4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	45	43
Bancos	2.312	357
Aplicações financeiras	30.859	13.865
	<u>33.216</u>	<u>14.265</u>

As aplicações financeiras de curto prazo são representadas basicamente por fundo de renda fixa junto à instituição financeira de primeira linha.

5. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Clientes no País	5.773	7.924
Partes relacionadas (Prefeitura de São Paulo)	8.960	9.360
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.004)	(7.527)
	<u>10.729</u>	<u>9.757</u>

Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. As transações efetuadas com a parte relacionada Prefeitura de São Paulo, a qual é a acionista majoritária, são feitas em condições semelhantes às que seriam aplicadas entre partes não relacionadas e se referem a prestação de serviços que constituem o objeto social da empresa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela administração em face de eventuais perdas na realização das contas a receber vencidas há mais de 180 dias.

O quadro a seguir apresenta os saldos de contas a receber (curto prazo) por tempo decorrido do vencimento:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	5.697	6.390
Vencidos até 30 dias	3.041	852
Vencidos de 31 a 60 dias	1.377	316
Vencidos de 61 a 90 dias	160	926
Vencidos de 91 a 120 dias	102	1.103
Vencidos acima de 120 dias	4.356	10.180
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.004)	(7.527)
Adiantamentos de clientes	-	(2.483)
	<u>10.729</u>	<u>9.757</u>



6. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
COFINS a compensar	1	10
PIS a compensar	-	43
IRPJ a compensar	1.611	2.788
CSLL a compensar	4	410
INSS a compensar	986	867
	<u>2.602</u>	<u>4.118</u>

O IRPJ a compensar refere-se ao imposto retido sobre as receitas de prestação de serviços e sobre aplicações financeiras durante o ano-calendário de 2017.

7. Outros valores a receber

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos de empregados	235	237
Créditos de fornecedores	-	67
	<u>235</u>	<u>304</u>

8. Imobilizado

	<u>Taxas anuais</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
	<u>Depreciação</u>	<u>Atualizado</u>	<u>Acumulada</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Terrenos	-	121.123	-	121.123	121.123
Edifícios e benfeitorias	2% a 10%	120.052	(37.537)	82.515	87.538
Túnel de serviços	4,14%	4.288	(1.981)	2.307	2.510
Estacionamento	3,45%	11.436	(3.631)	7.805	8.309
Ruas, praças e jardins	3,03 a 25%	3.010	(1.391)	1.619	1.772
Instalações	10%	12.910	(7.501)	5.409	6.914
Máquinas e equipamentos	20% e 10%	6.657	(5.565)	1.092	1.525
Veículos	20%	1.205	(1.082)	123	265
Móveis e utensílios	10%	6.064	(4.565)	1.499	572
Outros ativos fixos	20% e 10%	705	(668)	37	28
Construções em andamento	-	11.224	-	11.224	4.407
		<u>298.674</u>	<u>(63.921)</u>	<u>234.753</u>	<u>234.963</u>



A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	234.963	237.367
<u>Adições</u>		
Edifícios e Benfeitorias	1	-
Estacionamentos	-	522
Instalações, máquinas e equipamentos	86	5
Móveis e utensílios (reclassif. despesas)	(24)	23
Outros ativos	7	-
Construções em andamento	6.818	4.390
Total das adições	6.888	4.940
Baixas	(1)	-
Depreciações	(7.097)	(7.344)
Saldos no fim do exercício	<u>234.753</u>	<u>234.963</u>

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda nestes ativos.

O valor recuperável corresponde ao maior valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa, sendo determinado individualmente para cada ativo, a menos que o ativo não gere entradas de fluxo de caixa que sejam independentes daqueles de outros ativos ou grupos de ativos. Na estimativa do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita as avaliações de mercado atuais do valor temporal do dinheiro e riscos específicos inerentes ao ativo.

Quando houver perda identificada, ela é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.



9. Obrigações Trabalhistas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Obrigações com pessoal	25	3
FGTS	-	368
INSS empresa	1.110	904
INSS retido	183	191
Provisão de férias	4.716	5.271
IRRF	581	783
Provisão para dissídio e encargos	4.427	-
Provisão para causas trabalhistas	1.064	-
	<u>12.106</u>	<u>7.520</u>

Provisão para dissídio e encargos – O Tribunal Regional do Trabalho TRT-2 julgou procedente e a favor dos funcionários a ação de dissídio coletivo do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016/2017, com aumento de 8% nos salários, vales alimentação e refeição e piso salarial.

Provisão para causas trabalhistas – Trata-se de valores sobrestados das rescisões a partir de 01/02/2017 de colaboradores de livre provimento demitidos sem justa causa. Os valores não pagos se referem a verbas de aviso prévio, FGTS, multa rescisória e contribuição social.

10. Empresas municipais – Acordo PMSP/INSS

Em 31 de janeiro de 2003, o INSS consolidou a dívida da administração direta e indireta da Prefeitura de São Paulo, incluindo a São Paulo Turismo S/A. O equacionamento da dívida com o INSS foi feito por negociação direta da Prefeitura do Município de São Paulo, acionista majoritária. O total da dívida da PMSP e suas empresas foi pago por meio da retenção do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Nessa negociação o pagamento foi ajustado em 240 meses, cabendo à São Paulo Turismo S/A um percentual da média ponderada do total da dívida das empresas da PMSP.

No transcorrer do parcelamento, algumas empresas efetuaram desembolsos maiores que o devido, relativamente às proporções inicialmente estabelecidas. Isto ocorreu porque a Receita Federal executou as quitações a partir dos débitos mais antigos. Desta forma, foi apurado que a São Paulo Turismo ainda possui débitos para com as outras empresas participantes do acordo, no montante de R\$ 4.693 mil, sendo R\$ 1.623 mil no curto prazo e R\$ 3.070 mil no longo prazo.

11. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante		
Prefeitura de São Paulo (IPTU/ISS)	156	164
Parcelamento IPTU/ISS	4.043	3.729

Receita Federal:

. Cofins a recolher	512	38
. Pis a recolher	111	8
. Impostos retidos	577	688
	5.399	4.627

Não circulante

IPTU / ISS e respectivos parcelamentos	66.367	63.701
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	6.140	6.447
	72.507	70.148

Total circulante e não circulante

77.906	74.775
---------------	---------------

Em 23/06/2006, a empresa aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, pelo qual as obrigações tributárias foram parceladas em até 347 meses à taxa de juros SELIC. Essas obrigações se dividem em dois tributos (IPTU e ISS), com data focal distinta, sendo o IPTU desde 1991 e o ISS desde 1997. Em 2017 e 2016 foram pagos R\$ 3.924 e R\$ 3.649 respectivamente. Desde a consolidação, foram pagas 138 parcelas e o saldo devedor em 31/12/2017 era de R\$ 70.410.

12. Recursos municipais – Eventos

	31/12/2017	31/12/2016
Carnaval futuro	3.281	-
Repasse para Escolas de Samba	525	379
	3.806	379

Para o Carnaval de 2018, os recebimentos dos recursos foram em 2017, ao passo que em 2016, os recursos para o Carnaval 2017 haviam sido recebidos em 2017.

13. Adiantamentos de clientes

	31/12/2017	31/12/2016
Circulante		
Pavilhão de Exposições	5.435	7.745
Palácio das Convenções	2.880	5.275
Pólo Cultural	342	1.273
Auditório Elis Regina	586	741
Adiantamentos de clientes	1.992	1.317
Contratos de mídia	36	-
	11.271	16.351



14. Provisões para contingências

Em 31/12/2016 a Companhia possuía diversos processos em andamento de natureza trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Constituímos as contingências consideradas como perda provável, com base nos pareceres apresentados pelos assessores jurídicos. As provisões foram constituídas em conformidade com o Pronunciamento CPC nº 25, deliberação CVM nº 594/09, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 (NBC TG 25).

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Saldo no início do exercício 31/12/2016	57.657	3.487	8.399
Inclusão de processos na categoria de prováveis perdas	-	135	-
Aumento (diminuição) nas provisões existentes	(10.201)	142	-
Valores baixados	(25)	(1.717)	(2.525)
Saldos no final do exercício 31/12/2017	47.431	2.047	5.874

O processo movido pela São Paulo Transportes S/A, referente à cobrança por serviços prestados nos eventos do Carnaval de 1984 a 1997 tem o valor estimado em R\$ 46.989 mil.

Em 27/01/2016 a Procuradoria Geral do Município de São Paulo manifestou no sentido de que juridicamente não haveria óbice na realização de acordo, e orientou quanto à necessidade de a Secretaria de Finanças manifestar-se quanto aos aspectos inerentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista a assunção da dívida para a Administração Direta.

Em trabalho de consultoria externa de revisão contábil sobre os períodos de 2012 a 2016 foram identificadas possíveis contingências fiscais que a Administração entendeu que deveriam ser reconhecidas que são as seguintes: PIS e COFINS R\$ 5.606 mil, IRPJ e CSL 268 mil.

Contingências com possíveis perdas

Em conformidade com os itens 27 a 30 do Pronunciamento Técnico, CPC nº 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1180/2009 (NBC TG 25) (R2), a companhia não deve reconhecer contabilmente um passivo contingente, conforme definido no item 13 do referido Pronunciamento. Assim, para cada classe dessa espécie de passivo, na data do balanço, deverá ser divulgada apenas em nota explicativa uma descrição sumária da natureza do referido passivo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tipo de Ação	31/12/2017	31/12/2016
Ações Trabalhistas	251	789
Ações Cíveis (*)	11.203	11.584
	11.454	12.373



(*) Em 27/11/2013, foi obtida liminar para suspender a execução da sentença referente ação movida por Ética Recursos Humanos e Serviços, a mesma estava em execução, foi ajuizada ação rescisória visando desconstituir o acórdão, onde foi obtida tal liminar. Por conta disso foi alterada a sua classificação de provável (junho de 2013- 2º ITR) para possível (novembro/2013). Montante estimado em 31/12/2017: R\$ 8.241 mil.

15. Receita diferida – ISS/IPTU

O benefício da redução de 50% da multa e 100% dos juros de mora da adesão ao PPI, instituído pela Lei Municipal 14.129/06, relativos a tributos municipais de 1991 a 2004, foram registrados como Receita Diferida, em razão da possível exclusão do PPI e do restabelecimento dos valores das multas e juros, reduzidos na forma da legislação pertinente, caso haja inadimplência por mais de 60 dias (art. 9º, § 1º e 2º). Assim, segundo dispõem os artigos 117 da Lei nº 5.172, de 1966 (CTN) e artigo 125 da Lei nº 10.406, de 2002 (Código Civil) os atos ou negócios jurídicos, reputam-se perfeitos e acabados, quando a condição for suspensiva, desde o momento do seu implemento.

16. Capital social

	Quantidades em 31/12/2017			Valores	
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total	2017	2016
Autorizado	6.154.605	786.418	6.941.023	199.972	199.972
A subscrever	(1.086.613)	(666.714)	(1.753.327)	(50.515)	(50.515)
	5.067.992	119.704	5.187.696	149.457	149.457
A integralizar	(3.368)	(5.609)	(8.977)	(258)	(258)
Integralizado	5.064.624	114.095	5.178.719	149.199	149.199

A empresa contava com 3.543 acionistas em 31/12/2017. Os códigos de cotação na bolsa são AHEB3 para ações ordinárias, AHEB5 para ações preferenciais A e AHEB6 para ações preferenciais B. Os últimos preços cotados em negociações em 2017, em lote padrão, conforme o site www.bmfbovespa.com.br, foi de R\$ 136,00 para as ações ordinárias, R\$ 95,61 para as ações preferenciais “A”, R\$ 80,00 para as ações preferenciais “B”.

17. Apresentação da Demonstração do Resultado do exercício (DRE) – Padrão Internacional de Contabilidade

A DRE publicada atende as disposições contidas no Pronunciamento Técnico, CPC nº 30 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.412/12, aprovado pela Deliberação CVM nº 692/12, a qual determina que as quantias cobradas por conta de terceiros – tais como tributos sobre vendas, tributos sobre bens e serviços e tributos sobre o valor adicionado não devem ser computadas como receita na divulgação da referida demonstração. A norma tributária (artigos 279 e 280 do Regulamento do Imposto de Renda de 1999- RIR/99) determina que a Receita Líquida representa o montante da Receita Bruta, deduzido das vendas canceladas, dos descontos concedidos



incondicionalmente e dos impostos incidentes sobre vendas, assim, perante a referida legislação, a parte inicial da DRE publicada, deveria ser apresentada da seguinte forma:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita Operacional Bruta	136.608	209.635
Impostos (PIS, COFINS, ISS)	(12.696)	(19.393)
	123.912	190.242
Deduções da receita bruta	(6.233)	(5.325)
Receita Operacional Líquida	117.679	184.917

18. Despesas administrativas

As despesas administrativas se constituíram da seguinte forma:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Remunerações, encargos e benefícios	59.488	74.587
Prestadores de serviços	11.766	19.599
Ocupação e manutenção	3.149	4.420
Publicidade	285	181
Provisões	(12.271)	57.947
Impostos e taxas	3.339	537
Utilidades e tarifas públicas	445	1.511
	66.201	158.782

Referem-se a gastos aplicados nas atividades operacionais da empresa.

Com relação aos impostos e taxas, em 2017 foi recolhido R\$ 2.714 mil ao Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito – FMDT, em conformidade com a Lei nº 15.150, de 6 de maio de 2010 - Art. 8º, § 4º, segundo a qual todos os empreendimentos classificados como Polos Geradores de Tráfego deverão recolher ao Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito para a realização de projetos específicos de trânsito e transporte, no caso de não ser necessária imediatamente nenhuma obra viária ou serviço, o valor correspondente a 1% do custo total do empreendimento.

19. Remuneração dos administradores

A remuneração do pessoal chave da administração da Companhia no período foi de R\$ 1.985 (R\$ 2.485 em 2016). Como pessoal chave entende-se os membros a Diretoria Executiva e os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.

20. Subvenções governamentais

Em 01/08/2013 foi acordado com o Ministério do Turismo o Termo de Compromisso nº 0412.721-37/2013, com base na Lei 11.578/2007 (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC), pelo qual a SPTuris executaria reformas e melhorias no complexo Anhembi mediante a transferência de recursos financeiros da União no valor até R\$ 60.000 mil. A liberação dos recursos financeiros é feita com a execução física e orçamentária, tendo sido recebido até 31/12/2017 o montante de R\$ 12.522 mil e aplicados dos R\$ 11.224 mil de obras.

21. Seguros (não auditado)

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, e as principais coberturas são:

Objeto do seguro	Modalidade	2018	2017
Imobilizado:			
Prédios, máquinas, computadores, móveis e utensílios (dano máximo provável)	Riscos diversos	116.477	94.400
Veículos	Casco, Terceiros, Responsabilidade Civil	Valores de mercado	Valores de mercado

22. Eventos subsequentes

A Sociedade analisou os eventos subsequentes até 09 de março de 2018, que é a data de entrega, por sua diretoria, da carta da gerência relativa às presentes demonstrações contábeis.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias divulgou em seu site licitação na modalidade pregão eletrônico Nº 009/SMDP/2017, Processo 6071.2017/0000140-3, para realização em 28/02/2018, com critério de julgamento de menor preço, a contratação de serviços de avaliação econômico-financeira, proposição de modelagem e execução da venda dos ativos mobiliários detidos pelo Município, correspondentes à totalidade das ações representativas do capital social da SÃO PAULO TURISMO S/A.

23. Instrumentos Financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

a. Composição dos saldos

Em atendimento à Instrução CVM nº. 475/08, os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 estão identificados a seguir:

	Saldo Contábil	Valor Justo
Disponibilidades	33.216	33.216
Contas a receber e clientes	10.729	10.729
Impostos a recuperar	2.602	2.602
Outras contas a receber	235	235
Fornecedores	9.983	9.983
Obrigações tributárias	77.906	77.906
Empresas municipais	4.693	4.693

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Disponibilidades

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a receber e clientes

Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Impostos a recuperar e obrigações tributárias

Apresentados ao valor contábil, uma vez que não há parâmetros para apuração de seu valor justo.

Derivativos

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos.

c. Gerenciamento de risco

A Companhia está sujeita a riscos no curso normal de suas atividades. Tais riscos estão relacionados principalmente às alterações adversas em taxas de juros e câmbio, às atividades e à característica do setor em que atua.



Risco de Crédito

Risco de Créditos é o risco do prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia.

O aumento dos níveis de cancelamentos de contratos e eventos por parte dos clientes da Companhia pode comprometer o seu fluxo de caixa e sua capacidade de cumprir com as suas obrigações.

Mensalmente é realizada a constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

24. Continuidade operacional da Companhia

De acordo com a deliberação CVM nº 496 de 03/01/2006, que aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, em seus itens 23 e 24, temos a informar que as Demonstrações Contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da companhia. Entretanto, as exigibilidades em curto prazo dos fornecedores, obrigações tributárias e sociais, contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, a dificuldade de geração de caixa e consequente redução do capital circulante são indicadores que poderão inviabilizar a administração na manutenção de suas atividades. A eventual insuficiência de capital de giro em razão de perdas de receitas decorrentes dos cancelamentos de contratos e eventos, com o direcionamento para os concorrentes, ou descompassos entre receitas e despesas normalmente tem sido suportada por medidas administrativas de readequação, e caso insuficientes, pelo acionista controlador mediante ingresso de recursos destinados a aumento de capital.

A continuidade normal das atividades da Companhia poderá estar condicionada ao aporte de recursos financeiros por parte de seu acionista majoritário, bem como da redução dos custos e despesas operacionais, observadas as prerrogativas de execução de política, a promoção e a exploração do turismo e atividades afins no Município de São Paulo, e do sucesso das medidas de reestruturação operacional, societária ou administrativas, para que os clientes cujas atividades tenham um ciclo operacional longo retornem o mais breve possível, diante da perspectiva mais definida de segurança para realização de seus eventos, e assim a empresa possa ocupar seus espaços maiores, que geram receitas com maior margem de contribuição.



25. Autorização de conclusão das Demonstrações Contábeis

Foi autorizada pelo Diretor Administrativo, Financeiro e de Relação com Investidores, Sr. Mário Brescancini Bello, a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 09 de março de 2018.